

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Na escola](#)

[Guerras de alfabetização](#)

[Uma professora brasileira transformando a educação](#)

[MPF quer esclarecimentos sobre comissão que faz análise ideológica do Enem](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Evangélica anunciada como nº 2 do MEC é demitida](#)

[Mais tumulto político](#)

O GLOBO - RJ

[O drama das escolas sem água nem banheiro](#)

[Como professores analógicos se preparam para o ensino da era digital](#)

[Os caminhos para passar da teoria à prática](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Enem](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[País mantém diferenças de aprendizagem](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Atrasos do MEC preocupa sistema educacional](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA VALOR

[Número 2 do MEC, Iolene Lima deixa a pasta](#)

G1

[Anunciada como número dois do MEC, Iolene Lima diz que não seguirá no cargo](#)

METRÓPOLES

[MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens de provas do Enem](#)

PORTAL EXAME

[MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens de provas do Enem](#)

PORTAL VEJA

[Oito dias após indicação, 'número 2' do MEC anuncia saída da pasta](#)

TERRA

[MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens do Enem](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens de provas do Enem](#)

[Sem nem assumir, nova nº 2 diz que deixa MEC em meio à crise](#)

Agências de notícias e sites

BLOG DA CIDADANIA

[Levantamento revela que produção acadêmica de Véliz foi inflada na plataforma do](#)

[CNPq](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MP de Goiás apura caso de professor afastado por criticar carta do MEC com slogan de](#)

[Bolsonaro](#)

G1

[MPF pede esclarecimentos ao Inep sobre comissão que vai fiscalizar o conteúdo do](#)

[Enem](#)

[Melhora desempenho de alunos de SP no ensino fundamental, mas piora no ensino](#)

[médio](#)

PORTAL VEJA

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Na escola

O primeiro doutorado profissional em administração no Brasil foi aprovado pela **Capes**. A FGV, que oferece apenas doutorado acadêmico, deve lançar o novo curso a partir do próximo ano. O foco são altos executivos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/03/governo-de-sp-corta-investimento-e-paralisa-obras-da-cptm.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Guerras de alfabetização

Proposta do Ministério da Educação de priorizar método fônico é elogiável

Da tresloucada história do hino nacional ao recém-anunciado comitê pela pureza ideológica do Enem, as iniciativas do MEC sob o governo Bolsonaro foram um desastre. Mas, como até um relógio (analogico) parado fica certo duas vezes por dia, sinto-me no dever de elogiar a proposta do ministério de priorizar o método fônico na alfabetização de crianças.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2019/03/guerras-de-alfabetizacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Uma professora brasileira transformando a educação

Débora Garofalo disputa prêmio de melhor docente do mundo

Escrevo a caminho de Dubai, para uma reunião de um grupo mundial de líderes educacionais, o Atlantis Group, que integro desde 2017. Lá também ocorrerá, no próximo domingo (24), a premiação do melhor professor do mundo, organizado pela Fundação Varkey.

Uma professora brasileira, a Débora Garofalo, estará lá concorrendo pelo prêmio. Não é a primeira representante do nosso país a estar entre os dez melhores, afinal, tivemos no último ano um diretor de escola de São José do Rio Preto, o Diego Mahfouz, que transformou o clima de aprendizagem e de trabalho de uma das piores unidades educacionais da cidade paulista.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/03/uma-professora-brasileira-transformando-a-educacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MPF quer esclarecimentos sobre comissão que faz análise ideológica do Enem

Procuradora considerou vaga a chamada leitura transversal descrita na portaria

Brasília

O Ministério Público Federal pediu esclarecimentos ao Inep (Instituto Nacional de Estudos Educacionais) sobre a criação de uma comissão para fazer um pente-fino ideológico nas questões do Enem. O órgão tem 5 dias para responder.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão considerou "extremamente vaga" a chamada "leitura transversal" citada na portaria, publicada no Diário Oficial da União na quarta-feira (20). A procuradora Deborah Duprat, que assina o ofício, cita ainda jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o chamado "abuso de poder" normativo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/mpf-quer-esclarecimentos-sobre-comissao-que-faz-analise-ideologica-do-enem.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Evangélica anunciada como nº 2 do MEC é demitida

A educadora evangélica Iolene Lima, que havia sido anunciada como a nova número 2 do Ministério da Educação (MEC) na semana passada, foi demitida ontem. Ela foi comunicada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez de que não fazia mais parte da equipe. Iolene, antes de ser chamada para o cargo de secretária executiva, era diretora de formação da pasta. Ela também não voltará para essa função.

O nome dela não teria agradado o governo, que não permitiu sequer que ela fosse nomeada, mesmo depois de anunciada pelo ministro. Segundo fontes, o Planalto estaria buscando um nome forte para número 2 do MEC para tentar manter Vélez no cargo. Há mais de uma semana fala-se numa provável demissão do ministro, muito enfraquecido depois de disputas internas e medidas polêmicas.

Apesar de evangélica, Iolene não tinha o apoio da bancada evangélica no Congresso. Ela foi indicada para o MEC por Luiz Antonio Tozi, ex-secretário executivo, também demitido. Os dois são da mesma cidade. Antes dela, Vélez chegou a anunciar para o cargo Rubens Barreto da Silva, que também não assumiu.

Em mensagem aos amigos na madrugada de hoje ela afirmou que depois "de cinco anos à frente da direção do colégio que ajudei a fundar, deixei meu emprego a fim de aceitar um convite para, junto com outros profissionais, servir ao meu país, colaborando para um ideal que acredito: um Brasil melhor por meio da educação". Em seguida, Iolene diz que mesmo com "um quadro bastante confuso na pasta", aceitou a nova função dentro do ministério. "No entanto, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC. Não sei o que dizer, mas confio que Deus me guardará e guiará!"

Iolene dirigia o Colégio Inspire, em São José dos Campos, mantido pela Igreja da Cidade. Em seu site diz que "apresenta todos os conteúdos curriculares dentro da cosmovisão bíblica".

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Mais tumulto político

Que país, além do Brasil, teve, nos últimos 30 anos, dois ex-presidentes presos e outros dois destituídos por impeachment? Há, ainda, os governadores do Rio desde 1998, todos na cadeia...

Embora às vezes excessivamente tumultuada e nem sempre conduzida dentro das regras estritas da execução da Justiça, não dá para tirar o mérito dessa megaoperação de saneamento da administração pública. Mas, também, não dá para ignorar suas consequências sobre a política.

Certo tumulto passou a ser inevitável a partir deste mandado de prisão do ex-presidente Michel Temer. Impossível prever agora a sua extensão e os seus desdobramentos. É mais provável que não perdure.

Na área política as coisas já vinham esquisitas. O presidente Bolsonaro não completou cem dias no governo e, no entanto, produz diariamente uma agonia. Falta coordenação em torno dos objetivos mais importantes, que ninguém sabe quais são. Nem seu núcleo familiar se entende.

Depois de eleito com 55% dos votos, a aprovação popular do presidente despencou para 34%, como atestou quarta-feira o Ibope. Por 6 votos a 5, o Supremo decidiu transferir os processos contra roubalheira dos políticos, da justiça comum (leia-se Operação Lava Jato) para a Justiça Eleitoral, como se tratasse puramente de prática de caixa 2 destinada a financiamento de campanha. No Ministério da Educação, depois de uma desastrada recomendação de que as escolas obrigassem os alunos a proclamar o slogan do governo, foi deflagrada uma operação de caça às bruxas de todas as tendências. O projeto de reforma da Previdência dos militares foi a aspersão de água de colônia que se viu. O presidente da Câmara decidiu abrir fogo contra o ministro da Justiça, Sergio Moro, pelo pedido de tramitação do seu projeto anticorrupção. Em apenas oitenta e poucos dias, outras coisas raras aconteceram que não cabem neste espaço.

Se o clima político é esse aí, como ficam as condições de aprovação do projeto da Previdência? Até que ponto a até agora frágil capacidade de articulação do governo prejudicará a aprovação do projeto de reforma? E como o governo poderá tocar os programas de política econômica? Perguntas desse tipo foram repetidas nesta quinta-feira em todas as esferas de tomada de decisão do setor público e do setor privado, sem respostas definitivas para elas.

Ainda na reunião de quarta-feira, o Copom advertira no seu comunicado que “uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar os prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação”. Por isso, ignorou as pressões de segmentos do mercado por maior redução dos juros, de maneira a facilitar a expansão do crédito e destravar a atividade econômica. Um dia depois, no entanto, as incertezas na área política parecem ter ficado mais evidentes. Ainda não se sabe até que ponto ficou prejudicada a formação de uma coalizão do governo para aprovação das reformas.

A recuperação da economia já vinha em exasperada lentidão, a indústria está prostrada, o consumo quase não anda, o desemprego é recorde. O País necessita de liderança firme para enfrentar não apenas essas turbulências, mas, também, a inevitável distribuição de contas a pagar pela sociedade. E, no entanto, onde está ela?

topo

O GLOBO - RJ - ESPECIAL

O drama das escolas sem água nem banheiro

Quase metade dos colégios do país não tem rede de esgoto e 16% não contam com instalações sanitárias no prédio

Em alguns colégios do país, o simples gesto de levantar a mão para pedir à professora para ir ao banheiro pode virar uma dor de cabeça. Numa escola de Rio Branco, no Acre, alunos e mestres têm que usar as instalações sanitárias de uma padaria e uma borracharia vizinhas. — Não temos rede de esgoto. Até instalaram um banheiro, mas ele não funciona e a obra está parada — diz a professora Fátima Albuquerque, que pede para o nome da escola não ser citado.

— Não sofremos com insegurança, mas é inimaginável pensar que o portão precisa ficar aberto o tempo todo para os estudantes poderem usar o sanitário. O drama se repete em milhares de escolas do país. De acordo com o Censo Escolar 2018, do Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), das 181,9 mil escolas da educação básica (ensino infantil, fundamental e médio), 16% não contam com banheiro dentro do prédio da escola; 49% não estão ligadas à rede de esgoto; 26% não possuem acesso a água encanada; e 21% não contam com coleta periódica de lixo.

Também no Censo Escolar ficam bem evidentes as desigualdades regionais. No Rio de Janeiro, 99% das escolas contam com coleta de lixo, 90% estão ligadas à rede de água e 85% à rede de esgoto. Uma realidade bem diferente do Acre, por exemplo, um dos estados com os piores índices do país nesses quesitos. Apenas 23% das escolas do estado têm água potável jorrando das torneiras. A cada dez colégios, só um está ligado à rede de coleta de esgoto. Em relação à coleta de lixo, somente 37% das instituições escolares possuem o serviço de forma periódica. Também em Rio Branco, Janaína Vale Brito viveu o drama de trabalhar numa escola sem água no começo da carreira de professora, há 30 anos. O diretor do colégio pegava água gelada na vizinha para oferecer aos alunos. Sem uma gota nas torneiras, não havia como fazer merenda para as crianças.

CAMINHÃO-PIPA

Hoje, Janaína é diretora da Escola Municipal Anice Dib Jatene, onde a realidade é bem diferente, com rede de esgoto e água potável. Mas a mudança foi relativamente recente: — De uns anos para cá, vem um caminhão-pipa, dia sim, dia não, para encher a caixa d'água — conta. — Há 15 anos a rua era de barro e só havia uma fossa. Tudo muito ruim — diz Janaína, que viu a melhoria nos serviços básicos afetar o desempenho dos alunos. A relação entre a falta de infraestrutura básica nos colégios e o baixo desempenho escolar é confirmada pelas estatísticas. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da capital do Acre, Rio Branco, para os anos iniciais do ensino fundamental, é de 6,4.

O indicador considera três fatores na avaliação: a Prova Brasil, realizada pelos estudantes ao final de cada segmento, a qualificação técnica dos professores e a infraestrutura da escola. Não por coincidência, a pior nota do Ideb na mesma cidade é da Escola Marilene Mansour, com 5,4. O colégio não tem rede de esgoto, apenas fossas. — Em áreas rurais, uma escola pode ser um dos poucos espaços com infraestrutura digna para uma criança. Isso afeta desde o desenvolvimento dela até a saúde de sua

família—analisa Roberta Werneck, doutora em estatísticas educacionais pela Universidade de São Paulo.

— Quando falamos de água, estamos tratando também de controle de doenças e de alimentação. São fatores que impactam diretamente o resultado escolar do aluno. Janaína Vale é diretora de uma unidade, em Rio Branco, que possui sanitários dentro do prédio. Mas esta não é a realidade de 41% dos estabelecimentos de ensino do estado. — A ausência de saneamento pode impactar a dinâmica da escola, já que, para usar o banheiro, o aluno precisa fazer um deslocamento. Discute-se muito sobre como criar condições para uma aula ser mais interessante, mas os desafios para algumas regiões do país são ainda mais complexos — diz Roberta.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ESPECIAL

Como professores analógicos se preparam para o ensino da era digital

Educadores precisam se adaptar a jovens criados com celular e internet

“Espero que a mudança no ensino médio não nos afaste do professor” SUELEM DE CASTRO Fundação Roberto Marinho na favela da Maré

Jovens digitais, adultos analógicos. Como os professores vão se adaptar ao avanço das tecnologias nas salas de aula e a alunos que cresceram em meio a celulares, internet e redes sociais? O tema foi discutido na quarta e última mesa do Educação 360, “O professor do ensino médio”.

– Os meios digitais fazem a gente ficar muito narcisista, a gente mergulha na piscina que é a gente mesmo. O professor tem que romper essa piscina, trazer novas possibilidades. Existem novas tecnologias, mas ainda não há uma gramática para essas tecnologias. O novo professor precisa desenvolver essa linguagem com os jovens, se aproximar deles – afirmou o diretor do Instituto Singularidades, Miguel Thompson.

Para Thompson, uma das novidades da reforma é um ensino médio não linear, em que serão fundamentais o que o professor chamou de “6 Cs”: comunicação, conexão, conhecimento, criatividade, cooperação e crítica.

Aluna da Fundação Roberto Marinho na favela da Maré, Suelem de Castro, uma das participantes da mesa, destacou a importância de os professores se aproximarem dos alunos, mesmo com o crescente uso das tecnologias para o ensino e o aprendizado.

– A gente quer o professor que identifica cada tipo de aluno. Espero que a mudança no ensino médio não nos afaste do professor e traga só tecnologia – afirmou.

Valesca Gonçalves, aluna do SESI no Amazonas, contou que a reforma já chegou à sua escola e que um dos pontos mais relevantes é o aprendizado prático, aliado à teoria.

– Queremos aprender na prática, como acontece na robótica. Aprender Matemática é uma guerra, mas você pode ter novas fórmulas, paródias. Falar para o aluno “você consegue” também é um grande estímulo.

Aluno do ensino médio em Curitiba, Guilherme Marcondes falou da experiência de ter aulas usando um aplicativo com um laboratório em 3D, apresentado por um professor. Mas também cobrou melhorias no ensino fundamental, para que os estudantes cheguem

mais bem preparados à última etapa da educação básica.

– Tecnologia não é problema nem solução. O que falta é boa base. Se não, como o professor do ensino médio vai ensinar, por melhor que ele seja?

Professor de Linguagens no Colégio pH, Jessé Castilho contou como teve que se adaptar às demandas dos alunos quando saiu da posição de aluno universitário para educador.

– Tecnologia não é apenas tirar a aula do quadro-negro e botar no PowerPoint. É preciso fazer do aluno um protagonista. Os alunos reclamavam que minha aula era lenta. Comecei a estudar metodologias ativas, acredito na metodologia que traz criatividade, que não estigmatiza os erros dos alunos nem os próprios erros, que cria circunstâncias favoráveis, que conhece a história de cada aluno e que não abandona a afetividade – defendeu o professor.

Na plateia, muitos estudantes mencionaram as dificuldades do professor no Brasil, especialmente o da rede pública, e defenderam que as escolas capacitem os educadores a lidar com as novas mídias.

– A gente sabe da situação frágil que o professor vive no Brasil. Por mais que seja difícil, a gente tem que colocar a mão na massa. O interesse do professor é importantíssimo – concluiu Jessé.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ESPECIAL

Os caminhos para passar da teoria à prática

Combinação de um currículo comum e outro flexível é um dos principais desafios das instituições para aproximar os conteúdos da realidade dos jovens e reduzir a evasão escolar

Carolina Rosa: “ensinos público e privado são desiguais”

Uma das principais mudanças da reforma do ensino médio é a combinação de um currículo comum, com menos disciplinas, para todas as escolas e outro flexível, em que os alunos poderão escolher itinerários específicos. Na mesa de discussão “Itinerários formativos do novo ensino médio”, professores, especialistas e estudantes mostraram preocupação com a maneira como a teoria vai se tornar prática.

– Quando pensamos em reformular o ensino médio, fomos olhar os modelos do mundo. Só no Brasil temos 13 disciplinas obrigatórias e uma carga horária de apenas quatro horas por dia. Os itinerários formativos abrem novas possibilidades, inclusive para a educação profissional. Meu receio é com a implementação. Os itinerários não são para subtrair conhecimento, mas para aprofundar. É preciso garantir que os itinerários tenham aprofundamento, sem retirar o direito de aprendizagem de nenhum jovem – afirmou Priscila Cruz, presidente executiva do movimento Todos pela Educação.

Diretora do Instituto Inspirare, Anna Penido fez uma apresentação das principais mudanças da reforma do ensino médio, que pretende aproximar a escola da realidade dos jovens e reduzir a evasão escolar. Anna mostrou que 28% dos alunos do ensino médio abandonam a escola no primeiro ano e apenas 64% concluem o curso com idade até 19 anos. Um dos itens da reforma é colocar o “estudante no centro da

aprendizagem” com foco em “desenvolvimento e formação para a vida no século XXI”.

– O papel aceita tudo. A questão é: como vai se tornar realidade? O abandono da escola está ligado a fatores externos, como violência, acessibilidade, e também internos, como déficit de aprendizagem, dúvidas sobre o significado do estudo na própria vida, bullying. Se a gente oferecer ao jovem algo de qualidade, isso pode ser revertido – disse Anna.

O aumento da carga horária escolar prevê passar das atuais 800 horas/ano para 1.000 horas/ano até 2022 e chegar a 1.400 horas/ano, sem prazo definido. Os itinerários formativos propostos são Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e Formação Técnica e Profissional.

A mesa-redonda gerou uma discussão acalorada. Muitos alunos questionaram como as mudanças serão implementadas, em uma realidade tão desigual entre escolas públicas e particulares e entre aquelas das regiões centrais e das periferias e comunidades.

– Toda escola vai oferecer todos os itinerários? Vai ser igual para a elite e para a periferia? A carga horária vai aumentar, mas muitos alunos das escolas públicas trabalham. Como vai ser? Outra coisa é o ensino técnico. É importante, mas não quero parar ali, quero ir para a universidade – afirmou Carolina Rosa, aluna da Fundação Roberto Marinho da comunidade da Maré, Zona Norte do Rio.

Priscila Cruz defendeu que o curso técnico gere créditos que possam ser usados pelos alunos que ingressarem na universidade, evitando que comecem o curso superior do zero, quando já têm conhecimento específico vindo da educação profissional.

“Os itinerários formativos abrem novas possibilidades, inclusive para a educação profissional” PRISCILA CRUZ Movimento Todos pela Educação

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Enem

O Ministério Público Federal pediu que, em até cinco dias, o Inep, responsável pela elaboração e aplicação do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), esclareça como vai funcionar a comissão instituída para avaliar previamente o conteúdo das questões da prova. Vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o Inep publicou portaria segundo a qual a comissão teria o objetivo de avaliar se as questões do Banco Nacional de Itens (BNI) têm "pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6174669/curtas>

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

País mantém diferenças de aprendizagem

Pesquisa revela que, mesmo com avanços, a escola pública não está conseguindo reduzir as desigualdades

No Brasil, enquanto 83% dos estudantes mais ricos saem da escola pública tendo aprendido o adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio, entre os

estudantes mais pobres, essa porcentagem é 17%. Em matemática, 63,6% dos alunos mais ricos aprenderam o adequado e apenas 3,1% dos mais pobres saem da escola sabendo o mínimo considerado suficiente na disciplina. Os dados são do Todos pela Educação (TPE), organização social sem fins lucrativos. A entidade analisou os microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017 e mostrou que há diferença grande e constante, desde 2011, entre o desempenho dos mais ricos e dos mais pobres em todos os níveis analisados, no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. A disparidade entre as porcentagens de estudantes que aprendem o adequado chega a ser quase cinco vezes maior entre aqueles com maior nível socioeconômico e os com menor nível.

Desigualdade

“A educação, que poderia ser uma das principais ferramentas para diminuir a desigualdade de aprendizagem, não tem conseguido fazer isso de maneira consistente no Brasil”, diz o diretor de políticas educacionais do TPE, Olavo Nogueira Filho. “A gente está avançando na média brasileira, mas a Avaliação da Educação Básica (Saeb) está mantendo um alto grau de desigualdade entre alunos de nível socioeconômico mais alto e mais baixo. Estamos melhorando sem conseguir diminuir esse resultado entre mais ricos e mais pobres”, avalia. O Saeb avalia estudantes quanto aos conhecimentos de língua portuguesa e matemática e é aplicado de dois em dois anos. A avaliação é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que classifica os estudantes em seis grupos, considerando o nível socioeconômico. O grupo 1 reúne os estudantes com o menor poder aquisitivo. São, em maior parte, estudantes com renda familiar mensal de até um salário mínimo e que têm, em casa, bens elementares, como uma geladeira e uma televisão, sem máquina de lavar roupa ou computador. Os pais ou responsáveis têm formação até o 5º ano do ensino fundamental ou inferior.

Sem sucesso

Na outra ponta está o grupo 6, com estudantes com renda familiar mensal de sete salários mínimos ou mais, cujos pais ou responsáveis completaram a faculdade e que têm em casa três ou mais televisores, dois ou mais computadores, entre outros bens. A diferença é constatada desde o 5º ano do ensino fundamental, quando 90,4% dos mais ricos aprendem o adequado em língua portuguesa e 83,9%, em matemática e apenas 26,3% dos mais pobres aprendem o adequado em português e 18,1%, em matemática. De acordo com Nogueira Filho, a escola pública não está cumprindo um de seus principais potenciais: reduzir desigualdades. “Para fazer isso, é preciso ter uma política educacional que se preocupe com essa questão. Uma política educacional que se traduza em mais recursos para quem tem maior desafio”, defende. De acordo com o diretor, ocorre o contrário no País: “Os municípios mais vulneráveis, em geral, são os que têm menor investimento por aluno”.

[topo](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

Atrasos do MEC preocupa sistema educacional

MEC define decreto de alfabetização mas atrasos atingem avaliação e livro didático

ARQUIVO

Enquanto uma crise coloca em dúvida a permanência do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, a pasta registra atrasos que preocupam os atores do sistema

educacional. Um edital para produção e compra livros do ensino médio não vai ser publicado neste ano e os detalhes para avaliação federal dos alunos de 2019 continuam indefinidos.

Também seguem sem resposta a continuidade de políticas em torno da Base Nacional Comum Curricular (que define o que os alunos devem aprender) e de apoio a escolas de tempo integral. O MEC, por outro lado, faz os últimos ajustes para publicar uma portaria que vai reorganizar o sistema alfabetização, meta dos 100 primeiros dias do governo Jair Bolsonaro (PSL).

As redes de ensino ainda não receberam orientações sobre como será o Saeb, avaliação que compõe o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Não está garantida a aplicação de uma prova de ciências (para alunos do 9º ano), como planejado no ano passado.

Além de criar avaliação de ciências (hoje os alunos só respondem a questões de português e matemática), a gestão Michel Temer (MDB) decidiu adiantar a avaliação da alfabetização, passada do 3º para o 2º ano do ensino fundamental. Mas, até agora, o tema não foi decidido internamente.

"A gente não recebeu nenhuma informação oficial por parte do MEC com relação às avaliações. É uma questão que deixa inquietação nos gestores, que não sabem sobre qual matriz a avaliação ocorrerá", diz Alessio Costa Lima, presidente da Undime (que agrega secretários municipais de Educação de todo país).

O Saeb costuma ocorrer em novembro. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), que nega atrasos nesse processo, deve publicar nova portaria sobre o Saeb, ainda sem data. "A discussão em torno da aplicação do Saeb neste ano segue internamente e eventuais alterações serão oportunamente divulgadas tão logo haja definição concreta", informou o Inep em nota.

O órgão divulgou que trabalha em um processo de redução de custos nas avaliações, cuja economia deve alcançar R\$ 42 milhões. A principal iniciativa é a redução de folhas usadas na prova do Enem.

Já o edital do PNLD (Programa Nacional de Livros Didáticos) 2021, do ensino médio, era previsto para ser publicado em fevereiro, mas não sairá neste ano. A partir do documento, as editoras produziram as obras em 2019 e os livros chegariam às escolas em 2021. Integrantes do mercado editorial informaram à reportagem, de modo reservado, que já não há mais tempo para esse cronograma.

É grande a expectativa com as regras do PNLD 2021 porque o edital faria a adequação dos livros à reforma do ensino médio (que flexibilizou a grade curricular) e à Base Curricular. Sem ele, a implementação fica suspensa. Secretarias estaduais de Educação aguardam, ainda, a definição de continuidade de apoio financeiro para a construção dos currículos do ensino médio à luz da Base.

Em nota, o MEC diz que o edital está em discussão. "[A base] apresenta mudanças bastante expressivas em relação ao antigo modelo e que demandaram, após sua publicação, um estudo pormenorizado do impacto da Base para o PNLD", diz o MEC.

O atrasos se devem, como em outras questões internas, a embates ideológicos sobre os rumos das políticas. Integrantes do grupo mais ideológico dentro do MEC são contrários à Base Nacional. As disputas impedem uma posição clara do ministério com relação à continuidade de várias políticas.

Vélez Rodriguez está no centro de uma crise depois que um processo de mudanças de cargos no MEC atingiu alunos do escritor Olavo de Carvalho, considerado ideólogo do governo Bolsonaro. Após pressão de olavistas, o ministro precisou se desfazer de dois auxiliares próximos, o assessor Ricardo Roquetti e o secretário-executivo Luiz Antonio Tozi.

O ministro chegou a anunciar dois nomes para a secretaria-executiva, mas ambos foram barrados pelo governo após críticas do grupo olavista. Iolene Lima foi a última indicada para o posto, na quinta-feira (14), mas já é certo que não será nomeada. Ainda não há definição de um novo nome.

Em sua última reunião, o Consed (órgão que reúne os secretários estaduais de Educação) decidiu entregar ao ministro um documento em defesa de programas prioritários. Entre os pontos, estão a continuidade do programa de fomento a escolas de tempo integral e maior transparência com relação a avaliações de larga escala.

"Estamos muito preocupados com a demora nas definições. Não temos clareza [sobre] o que o MEC vai propor", diz a presidente do Consed, Cecilia Motta.

Embora não haja detalhes, o MEC já tem definido a minuta do decreto que vai organizar uma Política Nacional de Alfabetização. O documento não irá impulsionar apenas um método específico de alfabetização e a previsão é de que as ações dependam de adesão voluntária das redes de ensino.

A Secretaria de Alfabetização realizou reuniões com especialistas e recebeu representantes das secretarias. "[O objetivo é] estabelecer uma política de alfabetização eficaz, baseada em evidências científicas, ou seja, na ciência cognitiva da leitura, que foi a base para experiências bem-sucedidas em diversos países", diz nota do MEC.

Aléssio Lima, da Undime, participou de discussões e elogia o trabalho, apesar de não ter conhecido ainda a estrutura final do decreto. "A política precisa se ancorar em vários aspectos, como estratégia de formação, material didático, um modelo de gestão do programa e criar condições de avaliações diagnósticas", diz.

O MEC não respondeu aos questionamentos da reportagem relacionados ao ensino médio, base e escolas de tempo integral.

[topo](#)

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Número 2 do MEC, Iolene Lima deixa a pasta

SÃO PAULO - Indicada para o cargo de secretária-executiva do Ministério da Educação (MEC) no dia 14 de março, Iolene Lima afirmou, na madrugada dessa sexta, que foi desligada da pasta.

Evangélica ligada à igreja batista, Iolene era da diretoria de formação de professores da

secretária de educação básica do MEC. Seu nome para o posto de "número 2" da pasta apareceu em meio a uma intensa dança de cadeiras provocada pela tensão entre as alas militar, olavista e técnica do MEC.

"Dentro de um quadro bastante confuso na pasta, mesmo sem convite prévio, aceitei a nova função dentro do ministério. Novamente me coloquei em prol para trabalhar em prol de melhorias para o setor. No entanto, hoje (quinta) após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC", escreveu em sua conta do Twitter.

Ela seria a terceira pessoa nomeada para o cargo. Após a demissão de Luiz Antonio Tozi, o ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez, indicou Rubens Barreto da Silva, cuja nomeação nunca foi publicada no Diário Oficial da União, assim como a de Iolene.

O fracasso de Vélez em emplacar os sucessores de Tozi na secretaria-executiva é mais um indício de seu enfraquecimento dentro do governo. Na semana passada, cogitou-se que ele seria demitido antes da viagem do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Anunciada como número dois do MEC, Iolene Lima diz que não seguirá no cargo Pelo Twitter, Iolene Lima afirmou que foi avisada que não faz mais parte do ministério.

Por G1

Oito dias após ter sido anunciada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez como secretária-executiva do Ministério da Educação, cargo considerado o "número dois" dentro do MEC, Iolene Lima informou, no início da madrugada desta sexta-feira (22), que não seguirá na pasta.

“Diante de um quadro bastante confuso na pasta, mesmo sem convite prévio, aceitei a nova função dentro do ministério. Novamente me coloquei à disposição para trabalhar em prol de melhorias para o setor. No entanto, hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC”, postou ela em sua conta no Twitter (leia a íntegra da mensagem ao fim da reportagem).

A nomeação de Iolene nem chegou a ser publicada no Diário Oficial da União, mas ela acompanhou o ministro Rodríguez em compromissos públicos. Entre eles, esteve ao lado do ministro quando Rodríguez foi a Suzano prestar solidariedade às vítimas do ataque a tiros em uma escola.

Crise no ministério

O ministro Ricardo Veléz Rodríguez está no centro de uma crise política e está sendo alvo de pressões para deixar o posto.

Rodríguez foi indicado para o cargo pelo guru do governo Bolsonaro, Olavo de Carvalho. O escritor, de direita, bancou sua nomeação e indicou vários assessores para ocupar cargos dentro do Ministério da Educação. Só que o ministro também nomeou militares para sua equipe, que entraram em confronto com o grupo de seguidores de

Olavo de Carvalho, chamados de “olavetes”.

Em meio à disputa interna, Rodríguez se envolveu em muitas polêmicas. A mais recente delas aconteceu em 25 de fevereiro, quando o ministro enviou uma carta às escolas de todo o país pedindo que as crianças fossem filmadas cantando o Hino Nacional.

O Estatuto da Criança e do Adolescente veta a divulgação de imagens de menores de idade sem autorização dos pais. Na carta, o ministro ainda reproduzia o slogan de campanha de Jair Bolsonaro, o que pode ferir a Constituição de acordo com o artigo 37, que diz que a administração pública de qualquer um dos poderes deve seguir os princípios da "legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

“Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”, dizia a carta.

O Ministério Público Federal em Brasília informou que vai apurar se o ministro cometeu improbidade administrativa.

Para tentar acabar com a guerra interna, o presidente Jair Bolsonaro determinou que o ministro demitisse não só assessores ligados a Olavo de Carvalho mas também militares que estavam gerando insatisfação no escritor e guru do governo atual. Foram seis exonerações no ministério.

Na Secretaria-Executiva, essa seria a segunda mudança de nome para o cargo em apenas três meses de governo.

Até terça (12), o secretário-executivo do MEC era Luiz Antônio Tozi. Ele foi demitido como último ato de uma "reestruturação" promovida pelo ministro.

Com a saída de Tozi, o nome de Rubens Barreto da Silva chegou a ser anunciado por Rodríguez, também em rede social. A nomeação de Barreto no cargo, no entanto, não chegou a ser publicada no Diário Oficial da União.

Resumo da crise

O desempenho do ministro Rodríguez foi criticado por falta de resultados e por polêmicas como a do hino nacional, na qual voltou atrás;

Ainda no carnaval, o ministro começou planejar mudanças, alterando funções de funcionários;

O grupo reagiu, criticando a influência do coronel-aviador Ricardo Roquetti junto ao ministro

Bolsonaro determinou que o ministro fizesse demissões;

Diante dos rumores de mudanças de cargo e da exoneração de seus alunos, Olavo postou em uma rede social que eles deveriam deixar o governo; ele chegou a afirmar que as trocas tinham como objetivo frear a "Lava Jato da Educação";

Na sequência, o governo exonerou funcionários e reafirmou que o compromisso de "apurar irregularidades" estava mantido;

Na mesma edição do "DOU" que exonerou seis funcionários, na tarde de segunda-feira

(11), o governo havia nomeado Rubens Barreto da Silva como secretário-executivo-adjunto; na terça (12) porém, ele foi anunciado como o novo secretário-executivo, com a demissão de Luiz Antônio Tozi;

No dia 14, porém, o ministro anunciou o nome de Iolene Lima para o cargo; Rodríguez não disse se Barreto ocupará outro cargo no ministério.

No dia 22, Iolene publicou em uma rede social que havia sido informada que não fazia mais parte do MEC. Antes, ela era a secretária substituta da Secretaria de Educação Básica do MEC.

Confira a íntegra do anúncio de Iolene Lima:

Aos meus amigos e colegas:

Depois de cinco anos à frente da direção do colégio que ajudei a fundar, deixei meu emprego a fim de aceitar um convite para, junto com outros profissionais, servir ao meu país, colaborando para um ideal que acredito: um Brasil melhor por meio da educação.

Todavia, diante de um quadro bastante confuso na pasta, mesmo sem convite prévio, aceitei a nova função dentro do ministério. Novamente me coloquei à disposição para trabalhar em prol de melhorias para o setor. No entanto, hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC,. Não sei o que dizem mas confio que Deus me guardará e guiará! Desejo ao governo do nosso Presidente Bolsonaro e ao Ministro Ricardo Vélez, o melhor! E obrigada a todos que oraram por mim e me apoiaram neste desafio! Foram milhares de mensagens de apoio! Que Deus abençoe nossa nação!

Meu abraço, Iolene Lima!

Reprodução da mensagem publicada no Twitter de Iolene Lima anunciando que não faz mais parte do MEC.

Quem é Iolene Lima

Iolene Maria de Lima é ligada a uma igreja batista do Interior de São Paulo e foi diretora de um colégio religioso paulista. Na madrugada do dia 13 de fevereiro ela embarcou com o ministro para acompanhar o velório coletivo das vítimas do atentado em uma escola de Suzano (SP).

Durante a viagem, ela criou uma nova conta no Twitter que, até a tarde do dia 14 contava com apenas três mensagens, todas relacionadas à tragédia em Suzano. O único post feito após a tragédia foi o do anúncio da saída do MEC.

Quando foi anunciada para o cargo de secretária-executiva, Iolene publicou na sua conta no Twitter: "Muito obrigada, Ministro @ricardovelez e Presidente @jairbolsonaro. Dediquei minha vida para a área da educação e me sinto honrada. É com grande alegria que assumo o cargo de tamanha importância para a educação do nosso país!", escreveu Iolene.

Na conta anterior dela – que foi desativada, mas ainda pode ser acessada no histórico do Google –, o foco de Iolene era em mensagens religiosas e de apoio ao presidente Jair Bolsonaro. Em uma delas, ela dizia que "O Brasil não será uma Venezuela".

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens de provas do Enem A procuradora responsável solicitou que a comissão esclareça quais os critérios sugeridos para análise das questões que entrarão no exame

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (MPF), pediu explicações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a criação de grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. A autarquia terá o prazo de cinco dias para prestar as informações solicitadas pela procuradoria.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat encaminhou o ofício ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, solicitando explicações sobre quais foram as avaliações realizadas em relação ao Enem 2018 que levaram à conclusão da necessidade de adoção da etapa técnica de revisão do Banco Nacional de Itens, assim como quais profissionais especialistas em avaliação educacional e quais instituições de educação superior participaram dessa avaliação.

A procuradora pede, ainda, que a autarquia esclareça quais os critérios sugeridos nessa avaliação para análise da pertinência das questões e a qualificação técnica e profissional dos membros da comissão instituída pelo órgão.

No documento enviado à autarquia, a procuradoria destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) conta com jurisprudência sobre o chamado “abuso de poder” normativo, que busca conter eventuais excessos decorrentes do exercício imoderado e arbitrário da competência institucional outorgada ao poder público.

“O entendimento é de que o estado não pode, no desempenho de suas atribuições, dar causa à instauração de situações normativas que comprometam e afetem os fins que regem a prática da função de legislar”, diz em nota o MPF.

O Inep disse, em nota, que recebeu o ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e o responderá “tempestivamente, dentro do prazo estipulado de cinco dias”. A autarquia disse ainda que os critérios da análise a ser realizada pelo grupo especial misto para leitura transversal dos itens que irão compor o Enem 2019 estão estipulados em portaria publicada nesta quarta-feira (20) e detalhados em nota técnica.

Comissão

O grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Enem 2019 foi criado ontem (20) e, segundo o Inep, deu início nesta quinta-feira (21/3) à análise das questões. A comissão é composta pelo secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Marco Antônio Barroso, pelo diretor de Estudos Educacionais do Inep, Antonio Maurício das Neves, e por Gilberto Callado de Oliveira, representante da sociedade civil.

Os integrantes do grupo serão responsáveis pela chamada leitura transversal dos itens que poderão compor o Enem e deverão recomendar a não utilização de itens na montagem das provas, mediante justificativa. A análise passará depois pelo diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo Cesar Teixeira, que deverá emitir um contra parecer para cada um desses itens. A decisão final da utilização ou não caberá ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

A portaria estipula o prazo de dez dias para que isso seja feito. A comissão terá acesso ao ambiente de segurança onde é elaborado o exame.

Elaboração dos itens

Todos os anos, as provas do Enem são montadas a partir do Banco Nacional de Itens, que reúne questões elaboradas por especialistas selecionados por meio de chamada pública. Na elaboração, os especialistas devem seguir as matrizes de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Após elaborados, os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, as questões são pré-testadas em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o banco e ficam disponíveis para aplicações futuras do Enem.

De acordo com a nota técnica do Inep, a comissão realizará a leitura transversal dos itens que compõem o Banco Nacional de Itens. Isso pode acontecer previamente à montagem do exame, “com vistas a diminuir os riscos de se promover alterações na prova após o término de sua montagem”.

Segundo a autarquia, como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum item será descartado. Eles poderão ser posteriormente adequados. Pelo caráter sigiloso do Banco Nacional de Itens, não será publicado relatório de trabalho sobre o processo. Tampouco os membros da comissão estão autorizados a se pronunciar sobre o trabalho.

Enem 2019

Este ano, o Enem será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. As inscrições estarão abertas de 6 a 17 de maio. Entre 1º e 10 de abril, os estudantes poderão pedir isenção da taxa de inscrição. Nesse mesmo período, o Inep vai receber as justificativas dos que faltaram às provas em 2018.

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens de provas do Enem

Procuradora pediu que presidente do Inep explique quais avaliações sobre exame de 2018 levaram à criação de uma comissão para inspecionar questões

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (MPF), pediu explicações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a criação de grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. A autarquia terá o prazo de cinco dias para prestar as informações solicitadas pela procuradoria.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat encaminhou o ofício ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, solicitando explicações sobre quais foram as avaliações realizadas em relação ao Enem 2018 que levaram à conclusão da necessidade de adoção da etapa técnica de revisão do Banco Nacional de Itens, assim como quais profissionais especialistas em avaliação educacional e quais instituições de educação superior participaram dessa avaliação.

A procuradora pede, ainda, que a autarquia esclareça quais os critérios sugeridos nessa avaliação para análise da pertinência das questões e a qualificação técnica e profissional dos membros da comissão instituída pelo órgão.

No documento enviado à autarquia, a procuradoria destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) conta com jurisprudência sobre o chamado “abuso de poder” normativo, que busca conter eventuais excessos decorrentes do exercício imoderado e arbitrário da competência institucional outorgada ao poder público.

“O entendimento é de que o Estado não pode, no desempenho de suas atribuições, dar causa à instauração de situações normativas que comprometam e afetem os fins que regem a prática da função de legislar”, diz em nota o MPF.

O Inep disse, em nota, que recebeu o ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e o responderá “tempestivamente, dentro do prazo estipulado de cinco dias”. A autarquia disse ainda que os critérios da análise a ser realizada pelo grupo especial misto para leitura transversal dos itens que irão compor o Enem 2019 estão estipulados em portaria publicada nesta quarta-feira (20) e detalhados em nota técnica.

Comissão

O grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Enem 2019 foi criado ontem (20) e, segundo o Inep, deu início hoje (21) à análise das questões. A comissão é composta pelo secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Marco Antônio Barroso, pelo diretor de Estudos Educacionais do Inep, Antonio Maurício das Neves, e por Gilberto Callado de Oliveira, representante da sociedade civil.

Os integrantes do grupo serão responsáveis pela chamada leitura transversal dos itens que poderão compor o Enem e deverão recomendar a não utilização de itens na montagem das provas, mediante justificativa. A análise passará depois pelo diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo Cesar Teixeira, que deverá emitir um contra parecer para cada um desses itens. A decisão final da utilização ou não caberá ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

A portaria estipula o prazo de dez dias para que isso seja feito. A comissão terá acesso ao ambiente de segurança onde é elaborado o exame.

Elaboração dos itens

Todos os anos, as provas do Enem são montadas a partir do Banco Nacional de Itens, que reúne questões elaboradas por especialistas selecionados por meio de chamada pública. Na elaboração, os especialistas devem seguir as matrizes de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Após elaborados, os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, as questões são pré-testadas em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o banco e ficam disponíveis para aplicações futuras do Enem.

De acordo com a nota técnica do Inep, a comissão realizará a leitura transversal dos itens que compõem o Banco Nacional de Itens. Isso pode acontecer previamente à montagem do exame, “com vistas a diminuir os riscos de se promover alterações na prova após o término de sua montagem”.

Segundo a autarquia, como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum item será descartado. Eles poderão ser posteriormente adequados. Pelo caráter sigiloso do Banco Nacional de Itens, não será publicado relatório de trabalho sobre o processo. Tampouco os membros da comissão estão autorizados a se pronunciar sobre o trabalho.

Enem 2019

Este ano, o Enem será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. As inscrições estarão abertas de 6 a 17 de maio. Entre 1º e 10 de abril, os estudantes poderão pedir isenção da taxa de inscrição. Nesse mesmo período, o Inep vai receber as justificativas dos que faltaram às provas em 2018.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Oito dias após indicação, ‘número 2’ do MEC anuncia saída da pasta Ligada a uma igreja evangélica, Iolene Lima anunciou pela Twitter que não seguirá no ministério

Oito dias após ser anunciada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez como nova secretária-executiva do Ministério da Educação (MEC), a educadora Iolene Lima informou sua saída do cargo – considerado como o “número 2” na hierarquia da pasta – antes mesmo de assumir.

Na madrugada desta sexta-feira 22, Iolene utilizou sua conta no Twitter para comunicar que não faz mais parte da equipe do ministério. Sem apresentar detalhes sobre a motivação da mudança, ela escreveu: “Hoje, após uma semana de espera (para assumir), recebi a informação de que não faço mais parte do grupo do MEC”.

A educadora expôs que aceitou o convite para “servir ao país” e “construir um Brasil melhor por meio da educação”, reforçando que deixou um emprego de cinco anos à frente do Colégio Inspire, em São José dos Campos (SP), que ajudou a fundar.

“Diante de um quadro bastante confuso na pasta, mesmo sem convite prévio, aceitei a nova função dentro do ministério”, pontuou Lima, que desejou “boa sorte” para o governo Bolsonaro e o ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Troca de indicações para ‘número 2’

No último dia 12, o ministro havia anunciado a substituição de Luís Antônio Tozi, que ocupava o cargo de secretário executivo do MEC, por Rubens Barreto da Silva, secretário executivo adjunto. Barreto, porém, não chegou a assumir a secretaria e Iolene foi nomeada no dia 14.

Ligada à Primeira Igreja Batista de São José dos Campos, atualmente conhecida como Igreja da Cidade, Iolene Lima chegou a defender, ao longo da carreira como educadora, que toda disciplina do currículo escolar deveria ser organizada “sob a ótica das

escrituras”, se referindo a passagem bíblicas. O ponto de vista gerou resistências entre outros educadores.

“Uma educação baseada em princípios é uma educação baseada na palavra de Deus. Onde a geografia, a história, a matemática vai ser vista sob a ótica de Deus. Então o aluno vai aprender que o autor da história é Deus. O realizador da geografia foi Deus. Deus fez as planícies, Deus fez os relevos, Deus fez o clima”, disse Iolene em entrevista a um canal evangélico em 2013.

O ministro Vélez Rodríguez ainda não se manifestou sobre o novo nome que assumirá o cargo.

Atrito com a bancada evangélica

Na última quinta-feira, deputados da bancada evangélica cancelaram participação em reunião marcada com Vélez – em mais um episódio de desgaste. Em parceria com outras bancadas, os evangélicos organizam apoio ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF), um dos cotados para substituir o atual ministro.

Diversas exonerações marcaram as últimas semanas do MEC, especialmente após indisposição de Vélez com o grupo ligado ao escritor Olavo de Carvalho. Além disso, o ministro vem conduzindo uma administração marcada por polêmicas, como determinar que as escolas gravessem os alunos cantando o Hino Nacional e enviassem vídeos ao Ministério da Educação (MEC). A Procuradoria da República do Distrito Federal abriu investigação para apurar se houve improbidade administrativa no caso.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens do Enem

A autarquia terá o prazo de cinco dias para prestar as informações solicitadas pela procuradoria.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (MPF), pediu explicações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a criação de grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. A autarquia terá o prazo de cinco dias para prestar as informações solicitadas pela procuradoria.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat encaminhou o ofício ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, solicitando explicações sobre quais foram as avaliações realizadas em relação ao Enem 2018 que levaram à conclusão da necessidade de adoção da etapa técnica de revisão do Banco Nacional de Itens, assim como quais profissionais especialistas em avaliação educacional e quais instituições de educação superior participaram dessa avaliação.

A procuradora pede, ainda, que a autarquia esclareça quais os critérios sugeridos nessa avaliação para análise da pertinência das questões e a qualificação técnica e profissional dos membros da comissão instituída pelo órgão.

No documento enviado à autarquia, a procuradoria destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) conta com jurisprudência sobre o chamado "abuso de poder" normativo, que busca conter eventuais excessos decorrentes do exercício imoderado e arbitrário da competência institucional outorgada ao poder público.

"O entendimento é de que o Estado não pode, no desempenho de suas atribuições, dar causa à instauração de situações normativas que comprometam e afetem os fins que regem a prática da função de legislar", diz em nota o MPF.

O Inep disse, em nota, que recebeu o ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e o responderá "tempestivamente, dentro do prazo estipulado de cinco dias". A autarquia disse ainda que os critérios da análise a ser realizada pelo grupo especial misto para leitura transversal dos itens que irão compor o Enem 2019 estão estipulados em portaria publicada nesta quarta-feira (20) e detalhados em nota técnica.

Comissão

O grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Enem 2019 foi criado ontem (20) e, segundo o Inep, deu início hoje (21) à análise das questões. A comissão é composta pelo secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Marco Antônio Barroso, pelo diretor de Estudos Educacionais do Inep, Antonio Maurício das Neves, e por Gilberto Callado de Oliveira, representante da sociedade civil.

Os integrantes do grupo serão responsáveis pela chamada leitura transversal dos itens que poderão compor o Enem e deverão recomendar a não utilização de itens na montagem das provas, mediante justificativa. A análise passará depois pelo diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo Cesar Teixeira, que deverá emitir um contra parecer para cada um desses itens. A decisão final da utilização ou não caberá ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

A portaria estipula o prazo de dez dias para que isso seja feito. A comissão terá acesso ao ambiente de segurança onde é elaborado o exame.

Elaboração dos itens

Todos os anos, as provas do Enem são montadas a partir do Banco Nacional de Itens, que reúne questões elaboradas por especialistas selecionados por meio de chamada pública. Na elaboração, os especialistas devem seguir as matrizes de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Após elaborados, os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, as questões são pré-testadas em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o banco e ficam disponíveis para aplicações futuras do Enem.

De acordo com a nota técnica do Inep, a comissão realizará a leitura transversal dos itens que compõem o Banco Nacional de Itens. Isso pode acontecer previamente à montagem do exame, "com vistas a diminuir os riscos de se promover alterações na prova após o término de sua montagem".

Segundo a autarquia, como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum item será descartado. Eles poderão ser posteriormente adequados. Pelo caráter sigiloso do Banco Nacional de Itens, não será publicado relatório de trabalho sobre o

processo. Tampouco os membros da comissão estão autorizados a se pronunciar sobre o trabalho.

Enem 2019

Este ano, o Enem será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. As inscrições estarão abertas de 6 a 17 de maio. Entre 1º e 10 de abril, os estudantes poderão pedir isenção da taxa de inscrição. Nesse mesmo período, o Inep vai receber as justificativas dos que faltaram às provas em 2018.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens de provas do Enem

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (MPF), pediu explicações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a criação de grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. A autarquia terá o prazo de cinco dias para prestar as informações solicitadas pela procuradoria.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat encaminhou o ofício ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, solicitando explicações sobre quais foram as avaliações realizadas em relação ao Enem 2018 que levaram à conclusão da necessidade de adoção da etapa técnica de revisão do Banco Nacional de Itens, assim como quais profissionais especialistas em avaliação educacional e quais instituições de educação superior participaram dessa avaliação.

A procuradora pede, ainda, que a autarquia esclareça quais os critérios sugeridos nessa avaliação para análise da pertinência das questões e a qualificação técnica e profissional dos membros da comissão instituída pelo órgão.

No documento enviado à autarquia, a procuradoria destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) conta com jurisprudência sobre o chamado "abuso de poder" normativo, que busca conter eventuais excessos decorrentes do exercício imoderado e arbitrário da competência institucional outorgada ao poder público.

"O entendimento é de que o Estado não pode, no desempenho de suas atribuições, dar causa à instauração de situações normativas que comprometam e afetem os fins que regem a prática da função de legislar", diz em nota o MPF.

O Inep disse, em nota, que recebeu o ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e o responderá "tempestivamente, dentro do prazo estipulado de cinco dias". A autarquia disse ainda que os critérios da análise a ser realizada pelo grupo especial misto para leitura transversal dos itens que irão compor o Enem 2019 estão estipulados em portaria publicada nesta quarta-feira (20) e detalhados em nota técnica.

Comissão

O grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Enem 2019 foi criado ontem (20) e, segundo o Inep, deu início hoje (21) à análise das questões. A comissão é composta pelo secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Marco Antônio Barroso, pelo diretor de Estudos Educacionais do Inep, Antonio Maurício das Neves, e por Gilberto Callado de Oliveira, representante da sociedade civil.

Os integrantes do grupo serão responsáveis pela chamada leitura transversal dos itens que poderão compor o Enem e deverão recomendar a não utilização de itens na montagem das provas, mediante justificativa. A análise passará depois pelo diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo Cesar Teixeira, que deverá emitir um contra parecer para cada um desses itens. A decisão final da utilização ou não caberá ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

A portaria estipula o prazo de dez dias para que isso seja feito. A comissão terá acesso ao ambiente de segurança onde é elaborado o exame.

Elaboração dos itens

Todos os anos, as provas do Enem são montadas a partir do Banco Nacional de Itens, que reúne questões elaboradas por especialistas selecionados por meio de chamada pública. Na elaboração, os especialistas devem seguir as matrizes de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Após elaborados, os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, as questões são pré-testadas em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o banco e ficam disponíveis para aplicações futuras do Enem.

De acordo com a nota técnica do Inep, a comissão realizará a leitura transversal dos itens que compõem o Banco Nacional de Itens. Isso pode acontecer previamente à montagem do exame, "com vistas a diminuir os riscos de se promover alterações na prova após o término de sua montagem".

Segundo a autarquia, como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum item será descartado. Eles poderão ser posteriormente adequados. Pelo caráter sigiloso do Banco Nacional de Itens, não será publicado relatório de trabalho sobre o processo. Tampouco os membros da comissão estão autorizados a se pronunciar sobre o trabalho.

Enem 2019

Este ano, o Enem será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. As inscrições estarão abertas de 6 a 17 de maio. Entre 1º e 10 de abril, os estudantes poderão pedir isenção da taxa de inscrição. Nesse mesmo período, o Inep vai receber as justificativas dos que faltaram às provas em 2018.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sem nem assumir, nova n° 2 diz que deixa MEC em meio à crise

Anunciada há uma semana para comandar a secretaria-executiva do MEC (Ministério da Educação), Iolene Maria de Lima afirmou na madrugada de hoje, por meio do Twitter, ter recebido a notícia que não fará mais parte da equipe da pasta.

Ela teve seu nome apenas anunciado pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, mas não chegou a ser nomeada para o cargo. No texto divulgado na rede social, a educadora pareceu surpresa com a decisão.

"Hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC. Não sei o que dizer, mas confio que Deus me guardará e guiará. Desejo ao governo do nosso presidente [Jair] Bolsonaro e ao ministro Ricardo Vélez o melhor", disse na postagem.

O nome de Iolene foi anunciado por Vélez três dias após ele ter dito que quem assumiria o posto era Rubens Barreto da Silva. A constante troca no cargo, considerado o número 2 na hierarquia do MEC, acontece em meio a uma crise por disputas internas no ministério.

BLOG DA CIDADANIA - TEMPO REAL

Levantamento revela que produção acadêmica de Vélez foi inflada na plataforma do CNPq

Atualizado pela última vez em 14 de setembro de 2018, o currículo acadêmico do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, contém ao menos 22 erros em informações registradas na Plataforma Lattes, segundo levantamento feito pelo Nexo.

Constam ali livros atribuídos ao ministro que não são de sua autoria. Há também obras cuja autoria é dada exclusivamente ao ministro, mas que na verdade foram escritas por mais autores, além de livros e artigos duplicados.

São listados ainda livros fora do formato padrão, sem o registro ISBN, internacionalmente reconhecido para publicações. Por fim, há artigos publicados em periódicos que não são científicos, não têm o registro padrão, o ISSN.

A Plataforma Lattes é mantida pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Segundo a página oficial do CNPq, a disponibilização pública de dados na internet a partir da Plataforma Lattes pretende dar transparência às atividades científicas. A base reúne informações de todos os núcleos e instituições de pesquisa ativas no país.

O preenchimento do Lattes muitas vezes não é intuitivo e pode despertar dúvidas. A plataforma disponibiliza um tutorial com orientações no campo "ajuda". Também é possível, segundo a Comissão de Integridade na Atividade Científica do CNPq, tirar dúvidas via central de atendimento ou formulário eletrônico disponível na página do conselho.

Em 2009, a revista Piauí revelou que Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil e potencial candidata ao Palácio do Planalto, afirmou no seu currículo Lattes que era mestre em economia pela Unicamp, mesmo sem ter concluído o curso.

À época, após o fato vir a público, a petista corrigiu a informação. Os erros e imprecisões detectados pelo Nexo no currículo de Vélez Rodríguez não dizem respeito a titulações, mas à sua produção bibliográfica.

Segundo especialistas ouvidos pelo Nexo, a alta incidência de informações incorretas em um currículo é problemática tanto para o autor quanto para as instituições de pesquisa, uma vez que a análise dos dados registrados na Plataforma Lattes é um dos

fatores considerados para a definição de políticas públicas em educação, ciência e tecnologia.

A produção bibliográfica (que corresponde ao número de artigos e livros publicados, por exemplo) também conta “pontos” para pedidos de investimentos para pesquisa a agências de fomento, processos seletivos de pós-graduação, concursos para professores universitários.

Nascido na Colômbia, Vélez Rodríguez fez carreira como professor universitário no Brasil. Na década de 1960, formou-se em filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana, na capital colombiana, Bogotá. No Brasil a partir da década de 1970, fez mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio e doutorado na Universidade Gama Filho.

Vélez Rodríguez passou por dois programas de pós-graduação de Filosofia mal avaliados e fechados pelo Ministério da Educação no fim da década de 1990. Ele foi organizador do programa de mestrado em “Pensamento Brasileiro”, da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), e professor do programa de mestrado e doutorado em “Pensamento Luso-Brasileiro”, da Universidade Gama Filho, no Rio. Ambos foram fechados em 1997.

Em artigo de 2009, atribuiu o fechamento dos programas a uma perseguição da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, responsável pela avaliação de cursos de mestrado e doutorado no país – uma “guilhotina ideológica oficial”, nas palavras do hoje ministro. A **Capes** está subordinada ao Ministério da Educação.

Ao nomear Vélez Rodríguez ao cargo de ministro, o presidente Jair Bolsonaro elogiou, no Twitter, a produção bibliográfica e a experiência como gestor na área de educação: “Gostaria de comunicar a todos a indicação de Ricardo Velez Rodriguez, Filósofo autor de mais de 30 obras, atualmente Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, para o cargo de Ministro da Educação”, escreveu Bolsonaro, em novembro de 2018.

Vélez Rodríguez foi catapultado ao ministério por indicação de Olavo de Carvalho, um escritor de extrema direita considerado o “guru” do bolsonarismo e crítico dos círculos universitários. O ministro difunde ideias do escritor, como a alegada existência de um “marxismo cultural” que tenta dominar o Brasil e o mundo. Em janeiro de 2019, ao assumir a pasta, o ministro afirmou que iria “combater com denodo o marxismo cultural” na educação brasileira.

Desde a sua chegada ao cargo, o Ministério da Educação é palco de polêmicas, como o envio de uma carta às escolas pedindo que diretores lessem o slogan de campanha de Bolsonaro e filmassem alunos cantando o hino nacional, motivo pelo qual se tornou alvo de uma investigação do Ministério Público Federal, sob suspeita de improbidade administrativa.

Naturalizado brasileiro, o ministro também deu declarações polêmicas: “O brasileiro viajando é um canibal”, declarou à revista Veja, em fevereiro de 2019, por exemplo. A pasta é palco ainda de conflitos e disputas internas. A permanência de Vélez Rodríguez

no cargo é considerada uma incógnita.

Em 12 de fevereiro de 2019, Rafael Mafei Rabelo Queiroz, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, questionou um livro de Ricardo Vélez Rodríguez, no Twitter, em meio à polêmica sobre o fato de outra ministra de Bolsonaro, Damara Alves, mesmo sem diploma, ter dito que era mestre em Educação e Direito da Família: “Ainda sobre currículos acadêmicos na era da pós-verdade: que tal este livro que consta do currículo do Sr Ministro da Educação, organizado em coautoria com Tocqueville (morto em 1859)?”

Em 27 de fevereiro de 2019, o Nexo abordou o caso. Consta no currículo Lattes do ministro um livro intitulado “A Problemática da Democracia em Alexis de Tocqueville e Raymond Aron”. Segundo foi registrado na plataforma, o título foi publicado pelo ministro via Universidade Católica Portuguesa, em 2001, em co-organização com os autores franceses Alexis de Tocqueville (morto em 1859) e Raymond Aron (morto em 1983).

Consultada pelo Nexo, a universidade informou que Vélez Rodríguez não consta como autor no catálogo da editora. Questionada, a assessoria do ministro informou que se tratava de “uma mera falha no preenchimento de dados de um dos vários textos de sua autoria”. “O registro faz referência a um material, preparado pelo professor Vélez Rodríguez, em 2001, para um seminário de doutorado de Ciência Política da Universidade Católica Portuguesa”, dizia a nota.

Materiais preparados para seminários e cursos não podem ser classificados como livros. Segundo a Comissão de Integridade na Atividade Científica do CNPq, livros possuem um registro internacional de identificação, o ISBN (International Standard Book Number), que é um número de 10 a 13 dígitos. Livros e artigos publicados em periódicos científicos correspondem a um dos principais indicadores de produção acadêmica no Brasil.

A partir dessa inconsistência, o Nexo fez um levantamento mais amplo sobre os dados informados pelo ministro na Plataforma Lattes. Descobriu que a produtividade de Vélez Rodríguez como pesquisador contém erros e imprecisões que, na prática, inflam sua produção acadêmica. O currículo Lattes do ministro da Educação tem 20 páginas, indicando, a princípio, uma prolífica produção intelectual e acadêmica.

Na condição de autor, Vélez Rodríguez registrou:

216 artigos publicados em periódicos

57 livros publicados ou organizados

45 capítulos de livros publicados

A produção bibliográfica acadêmica é dividida em diferentes tipos de “produção bibliográfica” para registro na Plataforma Lattes. Segundo a Comissão de Integridade na Atividade Científica do CNPq, livros e capítulos de livros devem ser indexados apenas se tiverem ISBN. Artigos, por sua vez, se referem a artigos científicos publicados em revistas indexadas com ISSN (International Standard Serial Number). A seguir, o Nexo

lista as incorreções encontradas. O levantamento considerou como erro o registro de informações inverídicas.

Além dos 22 erros, o currículo Lattes do ministro traz mais imprecisões e inconsistências: um total de 200, conforme o levantamento do Nexo. Ao menos 66 textos têm menos de cinco páginas, o que é incomum para artigos acadêmicos na área de humanidades, que devem ter uma estrutura própria.

Segundo a norma 6022:2018 da ABNT, um artigo científico deve conter elementos específicos e obrigatórios, como resumo, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências bibliográficas.

Entre 1992 e 2016, por exemplo, o ministro escreveu 55 textos para a Carta Mensal, revista do conselho técnico da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), que é uma associação sindical patronal. Embora possua ISSN, a Carta se aproxima mais de um boletim informativo do que um periódico científico. Não há informações, por exemplo, sobre diretrizes aos autores interessados em submeter artigos à revista.

A atualização de dados no Lattes só pode ser feita mediante login com CPF ou e-mail, seguidos de uma senha “pessoal e intransferível” do responsável. Os campos são preenchidos um a um, manualmente. É comum, entretanto, que professores peçam para que secretários façam as atualizações.

A cada novo registro no currículo, o usuário declara formalmente que está de acordo com o Termo de Adesão e Compromisso do Sistema de Currículos da Plataforma Lattes – “declaração feita em observância aos artigos 297-299 do Código Penal Brasileiro”, destaca, em negrito, o informe da plataforma.

O artigo 297 do Código Penal se refere a falsificação de documento público (“falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro”), que implica pena de reclusão de 2 a 6 anos e pagamento de multa. O artigo 298 versa sobre falsificação de documento particular, que prevê pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa.

O artigo 299 tipifica a falsidade ideológica (“omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”).

Entretanto, conforme definiu o Superior Tribunal de Justiça em setembro de 2017, o currículo Lattes não é um documento de validade jurídica para a acusação de falsidade ideológica, pois não possui assinatura digital.

Não é comum a divulgação de denúncias ou casos analisados pelo CNPq. No entanto, foram divulgados cinco casos de fraudes científicas em 2014: um dos pesquisadores foi acusado e punido por “falsa autoria” de artigos incluídos na plataforma Lattes.

Instituída em 2011, a Comissão de Integridade na Atividade Científica do CNPq avalia denúncias de mau preenchimento de dados no currículo. O Nexo enviou questões à

comissão a respeito do preenchimento do currículo acadêmico do ministro. Na segunda (18), os questionamentos foram encaminhados ao Serviço da Presidência e de Apoio aos Órgãos Colegiados, setor do CNPq responsável por secretariar a Comissão, que analisaria as informações em caráter preliminar.

Para Antonio Agenor Briquet de Lemos, professor aposentado da Universidade de Brasília e ex-diretor do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), órgão do CNPq, o ponto central não é simplesmente a indexação incorreta de informações, mas a ética na pesquisa científica.

A respeito dos artigos, por exemplo, ele lembra que a publicação em um periódico científico pressupõe um processo de avaliação dos artigos por especialistas na área, o sistema de “peer review”. Na análise de Briquet de Lemos, que é uma referência na área, publicações elencadas pelo ministro (como Carta Mensal) não são periódicos científicos.

“Grande parte dos problemas encontrados na Plataforma Lattes resulta de que as informações são ali colocadas pelo próprio interessado. Ou, o que acontece com frequência, por sua secretária ou por terceiros. Pelo que percebo, não há mecanismos de controle ou de verificação da veracidade dos fatos (fact checking).

Deve-se ler com cautela toda informação que ali apareça sobre empregos e cargos ocupados pela pessoa. Ou seja, como não existe fiscalização e o currículo se baseia em critérios quantitativos, as pessoas acabam abusando e faltando à verdade”, afirmou Briquet de Lemos ao Nexo, referindo-se a um problema enfrentado pela academia de forma mais ampla.

Nos últimos anos foram criados comitês de integridade científica e códigos de conduta em diversas universidades. O Código de Ética da Universidade de São Paulo, por exemplo, especifica que é proibido aos integrantes da universidade “falsear dados sobre suas publicações”, “nas suas publicações, não dar crédito a colaboradores” e “falsear dados sobre sua vida acadêmica pregressa”.

Para Lea Maria Leme Strini Velho, do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp, ainda é preciso aprofundar discussões sobre a ética na ciência. “Deveria haver mais discussões, junto a docentes e alunos, sobre o que é fraude, o que é plágio e qual é a responsabilidade dos cientistas na comunicação dos dados”, analisa.

“O Lattes é uma excelente plataforma, mas tem limitações e está em constante aprimoramento. Muitas vezes, há confusão e certos campos não são claros. De todo modo, o usuário toma uma decisão ao escolher o campo para inserir os dados. Alguns casos são de erros ‘preto no branco’; outros, não.

Se alguém assume autoria de um livro que não é dele ou dela, é ‘preto no branco’. Desta forma, é preciso diferenciar o que é ‘imprecisão’ e o que é ‘má fé’ na ciência. E há comportamento impróprio no mundo da ciência como em todas as outras esferas da sociedade”, pondera.

Na segunda-feira (18), o Nexo encaminhou questões sobre os erros e as inconsistências encontrados no currículo de Vélez Rodríguez à assessoria de imprensa do Ministério da

Educação. Até a publicação desta reportagem, no fim da noite de quarta-feira (20), a assessoria não havia respondido às questões.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MP de Goiás apura caso de professor afastado por criticar carta do MEC com slogan de Bolsonaro

Wellington Divino foi punido por insubordinação grave após reclamar que diretor da escola enfileirou alunos para cantar o Hino Nacional e leu a mensagem enviada pelo ministro Vêlez

RIO- O Ministério Público de Goiás abriu um procedimento administrativo para apurar as circunstâncias do afastamento do professor do Colégio Estadual Militar Américo Antunes, Wellington Divino Pereira. A escola fica na cidade de São Luís dos Montes Belos, em Goiás. O docente foi afastado das funções no início do mês, após criticar o diretor da escola por ler a carta do ministro da Educação, Ricardo Vêlez Rodríguez, contendo o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro.

A medida foi aberta pelo promotor Pedro Florentino da 2ª Promotoria de Justiça de São Luís de Montes Belos. De acordo com o MP, as informações sobre o caso ainda não foram repassadas ao órgão. Somente depois dessa análise será possível traçar os próximos passos.

No dia 8 de março a secretaria de Educação de Goiás emitiu a ordem de afastamento de Pereira por 60 dias até ser deslocado para outra escola. De acordo com o processo, o professor foi afastado por "insubordinação grave".

Além do episódio da leitura da carta, Pereira é acusado de fazer proselitismo religioso. Segundo pais de alunos, o professor, que é ateu, estaria influenciando os alunos a questionarem a própria religião.

O docente afirma ser vítima de perseguição da direção da escola por questões políticas. A Secretaria de Educação, por outro lado, argumenta que instaurou um processo investigativo para analisar se houve "ato de transgressão administrativa". Acrescentou, em nota, que "não existe penalidade ou acusação nesse procedimento (de afastamento do professor), apenas a busca pela elucidação dos fatos".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MPF pede esclarecimentos ao Inep sobre comissão que vai fiscalizar o conteúdo do Enem

Em ofício encaminhado nesta quinta-feira ao Inep, a procuradora federal Deborah Duprat solicitou documentos comprovando que o Inep seguiu as regras sobre a avaliação do processo de aplicação do Enem que constam em portaria de 2017. Inep diz que responderá dentro do prazo estipulado.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal (MPF), enviou nesta quinta-feira (21) ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) um ofício pedindo esclarecimentos sobre a comissão criada nesta semana para fazer uma "leitura transversal" das questões que compõem o Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O objetivo da comissão, segundo o Inep, é "verificar a sua pertinência com a realidade social". O resultado do trabalho não será divulgado. A procuradora determinou um

prazo de cinco dias para que o Inep envie a resposta e "toda a documentação pertinente".

Procurado pelo G1, o Inep afirmou que "recebeu o ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e o responderá tempestivamente, dentro do prazo estipulado de cinco dias". A autarquia também afirmou que a comissão já deu início à análise das questões nesta quinta e encaminhou links para a portaria publicada na quarta (20) e a nota técnica que detalha as regras.

Entenda como é feita a prova do Enem

No ofício, a procuradora federal Deborah Duprat usa uma regra que consta em portaria publicada pelo próprio Inep em 2017 para solicitar esclarecimentos a respeito das motivações para a criação da comissão.

Duprat considerou a "leitura transversal" do banco de itens um "propósito extremamente vago" para verificar se os itens são pertinentes com "a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame". E ainda citou uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre "abuso de poder", na qual o STF afirma que "o Estado não pode, no desempenho de suas atribuições, dar causa à instauração de situações normativas que comprometam e afetem os fins que regem a prática da função de legislar".

Regras internas do Inep

Ela também afirma que, segundo uma portaria do próprio Inep, a autarquia deve realizar avaliações contínuas do processo de realização do Enem, com articulação permanente com especialistas em avaliação educacional e instituições de educação superior, mas que essa mesma portaria determina que "a avaliação do Enem se dá a partir dos seus resultados anteriores".

No documento, a procuradora solicita quatro informações ao presidente do Inep, Marcus Vinicius Carvalho Rodrigues:

Quais foram as avaliações realizadas em relação ao Enem 2018 "que levaram à conclusão da necessidade de adoção da etapa técnica de revisão de itens da BNI denominada leitura transversal";

Quais foram profissionais especialistas em avaliação educacional e quais instituições de educação superior participaram dessa avaliação;

Quais os critérios sugeridos nessa avaliação para análise da pertinência dos itens da BNI "com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do Exame";

Qual é a qualificação técnica e profissional dos membros da comissão instituída nesta semana.

Nota técnica do Inep

Na nota técnica divulgada pelo Inep nesta quinta, assinada por Paulo Cesar Teixeira, diretor Avaliação da Educação Básica, o órgão diz que a leitura transversal dos itens do Enem faz parte de uma "rotina fundamental para a construção do exame", e que ela "pode acontecer previamente à montagem do instrumento, com vistas a diminuir os riscos de se promover alterações na prova após o término de sua montagem".

Ainda segundo o Inep, "alterações que decorram depois do instrumento montado e itens escolhidos podem modificar todo o desenho psicométrico da prova, o que implica em

retrabalho técnico".

A nota diz também que "a leitura transversal é uma etapa técnica de revisão de itens, cujo objetivo é identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais".

"Tal leitura deve ser realizada pela equipe técnica que elabora o instrumento.

Recomenda-se, ainda, que avaliadores externos atuem no processo de validação de conteúdo dos itens, de forma que a análise não perpassa aspectos formais e pedagógicos, mas temáticas que não se coadunam com os objetivos do exame",

continua o diretor. "Quando a leitura transversal é realizada por comissão externa, a equipe técnica responsável pelo instrumento deve oferecer subsídios que garantam a montagem do teste, esclarecendo os parâmetros psicométricos, o desenho esperado da prova e garantindo ao atendimento do rege a legislação e matriz de referência do exame".

Entenda o caso

A comissão criada pelo Inep é uma resposta a críticas feitas no ano passado pelo então candidato Jair Bolsonaro, que, já eleito para a Presidência, disse que tomaria conhecimento das questões antes da prova.

De acordo com o documento publicado nesta quarta-feira (20) no "Diário Oficial da União", "a leitura transversal é uma etapa técnica de revisão de itens". Em nota, o Inep informou que nenhum item será descartado já que o processo de elaboração das questões é "longo e oneroso". Ainda de acordo com o Inep, as questões consideradas "dissonantes" serão "separadas para posterior adequação, testagem e utilização, se for o caso".

Três pessoas foram destacadas para trabalhar na leitura dos itens:

Marco Antônio Barroso Faria (secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC);

Antonio Maurício Castanheira das Neves (diretor de estudos educacionais do Inep);

Gilberto Callado de Oliveira (procurador de justiça de Santa Catarina, representante da sociedade civil).

Eles terão dez dias, a partir desta quarta (20), para concluir a avaliação e emitir uma recomendação sobre o uso ou não dos itens na montagem do exame. Depois, o diretor da Avaliação Básica fará outro parecer sobre as considerações da comissão. A decisão final ficará a cargo do presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

Segundo a portaria, "todas as atividades serão realizadas em Ambiente Físico Integrado Seguro (AFIS) do Inep", que fica em Brasília, dentro da sede do Inep. Eles assinarão um termo de confidencialidade e sigilo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Melhora desempenho de alunos de SP no ensino fundamental, mas piora no ensino médio

Pesquisa da ONG Todos pela Educação mostra queda do desempenho de estudantes de SP em matemática no 3º ano do Ensino Médio.

A ONG Todos pela Educação divulgou nesta quinta-feira (21) uma pesquisa sobre o aprendizado de crianças e jovens em escolas públicas e privadas de todo o país. Em São Paulo, os números mostram melhoria no desempenho de alunos no ensino fundamental, mas uma piora no aprendizado no ensino médio.

O levantamento compara o desempenho dos alunos nos últimos 10 anos, em 2007 e 2017.

No país, o aprendizado de matemática no ensino médio piorou. O estado de São Paulo até caiu no ranking.

No Brasil, o melhor desempenho no ranking, de 2007 a 2017, foi o do quinto ano do ensino fundamental.

Já em São Paulo, dobrou o percentual de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa, subindo de 38% para 74% - considerado o melhor índice do país, ao lado do Paraná. Em matemática, os alunos de São Paulo no ensino fundamental também melhoraram, passando de 33% para 65%.

Já no ensino médio, os números são desanimadores.

Em 2007, 28% dos estudantes do terceiro ano do ensino médio tinham aprendizado adequado em português. Dez anos depois, o número subiu apenas para 33%, atrás dos estados como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Em matemática, o número, que já era ruim, 11%, piorou, caindo para 10%.

O coordenador de Gestão da Educação Básica do estado, Fernando Siqueira, diz que os números do desempenho em matemática são inaceitáveis e que o estado empregará várias estratégias para buscar a melhoria do ensino em matemática, entre elas o aperfeiçoamento do material didático, cursos de melhoria dos professores e até mesmo ouvir os estudantes, para saber os motivos do desempenho ruim dos alunos.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Alfabetização por decreto?

É preciso priorizar a alfabetização. É possível promover intervenções de curto prazo, com estratégias adequadas. Mas nada disso precisa de decreto.

Não se muda a sociedade por decreto. É o título de um livro publicado na década de 80 de Michel Crozier, um liberal e especialista em teoria das organizações que tentou entender e explicar as amarras da sociedade francesa. A analogia nos ajudará na caminhada de hoje.

Não vi a minuta do decreto sobre alfabetização. Apenas li reportagens publicadas no dia 20 de março em jornais e uma revista de circulação nacional. As matérias me citam fora de contexto – não li o decreto, e nas reportagens, sugere-se que o estou comentando. Também não participei de qualquer debate sobre o tal decreto – participei, a convite do MEC, de um evento, junto com outros eminentes colegas especialistas no tema, em que cada de um de nós apresentou seu trabalho acadêmico e suas considerações sobre o tema. Não houve qualquer interação ou debate. No meu caso, como estava fora do Brasil, minha apresentação se deu por videoconferência. Agora vamos ao tema.

A alfabetização é um problema grave, gravíssimo, que precisa ser resolvido com urgência. Pode servir como símbolo de uma nova empreitada para começar a resolver os outros graves problemas da educação. No caso concreto, para lidar com a questão, é preciso começar, primeiro, definindo o que seja alfabetização. Essa definição deve repercutir no currículo, nos livros e materiais didáticos, na formação de professores e na avaliação. Se o Brasil vier adotar a definição universalmente aceita de “alfabetização” – apropriação do código alfabético, terá de promover uma mudança radical em todos esses itens acima. Mas nada disso é assunto para decreto. Este, pelo que foi noticiado pela imprensa, não trata disso. E ainda trata de outras questões, como a aritmética e a contagem nos dedos, que nada têm a ver com alfabetização.

É preciso priorizar a alfabetização. É possível e necessário promover intervenções de curto prazo, com estratégias adequadas, pois o país possui alguns casos de comprovado sucesso em larga escala. Também é possível e necessário iniciar ações que, se implementadas de forma consistente, poderão ter implicações no longo prazo. Nada disso precisa de decreto.

Por outro lado, como surgiu do vazamento, é importante envolver as famílias, especialmente as dos alunos mais pobres, usuários típicos da escola pública. Duas medidas me pareceriam particularmente relevantes. A primeira seria estimular as famílias a interagir com os filhos e usar a leitura – desde o berço – como instrumento privilegiado para promover essas interações. A existência de uma ampla rede de bibliotecas em todos os bairros do país constituiria um enorme avanço. A segunda é fazer os pais saberem que seus filhos devem estar alfabetizados até o final do 1º ano escolar. Numa sociedade democrática e justa, os pais deveriam dispor de instrumentos para fazer valer esse direito perante a escola pública. Isso, talvez, precise de um decreto.